

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Rafael de Moraes Duarte Inda

**A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL COMO UM DOS FATORES DOS
CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO**

**Resende
2019**

Rafael de Moraes Duarte Inda

**A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL COMO UM DOS FATORES DOS
CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO**

Monografia apresentada ao
Curso de Graduação em
Ciências Militares, da Academia
Militar das Agulhas Negras
(AMAN, RJ), como requisito
parcial para obtenção do título
de **Bacharel em Ciências
Militares.**

Orientador: Cel R1 Art Marco Antônio Costa Cavaliéri Brandão

Resende

2019

Rafael de Moraes Duarte Inda

**A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL COMO UM DOS FATORES DOS
CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em _____ de _____ de 2019.

Banca examinadora:

Cel R1 Art Marco Antônio Costa Cavaliéri Brandão
(Presidente/Orientador)

Resende
2019

Dedico este trabalho a Deus por ter me dado coragem e iluminado meus caminhos durante essa caminhada. À minha família, em especial minhas tias Marli e Gleice pelo carinho e paciência nos momentos de dificuldade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, me dando forças e motivação ao longo desses anos.

Meus agradecimentos à minha família pelo amor, carinho e apoio incondicional, que esteve comigo nos momentos de dificuldades, desânimo e cansaço. Em especial, as minhas duas heroínas Marli e Gleice com que fizeram que este sonho se realizasse.

Agradeço a todas as pessoas que fizeram parte da minha formação nesta Academia, direta ou indiretamente.

Por fim e não menos importante ao meu orientador Cel Cavalieri, pelo suporte e por me proporcionar conhecimento para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL COMO UM DOS FATORES DOS CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO

AUTOR: Rafael de Moraes Duarte Inda
ORIENTADOR: Cel R1 Art Marco Antônio Costa Cavalieri Brandão

Estudo de natureza bibliográfica que diz respeito à criação do Estado de Israel como um dos fatores de conflitos na Palestina. Foi realizado um histórico a respeito do conflito, onde foram analisados os seguintes tópicos: sionismo e as origens da Palestina; participação da Palestina no conflito árabe-israelense; o processo de paz e sua falha; consequências regionais do conflito árabe-israelense e como os conflitos no Oriente Médio tiveram influência na evolução da doutrina do Exército Brasileiro. Ao final concluiu-se que o conflito naquela área é muito mais uma questão política e que os EUA, bem como a UE deveriam se esforçar mais para colocar um fim ao mesmo, deixando de lado a política e pensando mais de forma humanitária.

Palavras-chave: Estado de Israel. Palestina. Conflitos. Árabe-Israelense. Política.

ABSTRACT**THE CREATION OF THE STATE OF ISRAEL AS ONE OF THE FACTORS OF
CONFLICTS IN PALESTINE**

AUTHOR: Rafael de Moraes Duarte Inda

ORIENTADOR: Cel R1 Art Marco Antônio Costa Cavaliéri

A study of a bibliographical nature that concerns the creation of the State of Israel as one of the factors of conflicts in Palestine. A history was made of the conflict, where the following topics were analyzed: Zionism and the origins of Palestine; participation in the Arab-Israeli conflict; the peace process and its failure; consequences of the Arab-Israeli conflict and how the conflicts in the Middle East influenced the evolution of the doctrine of the Brazilian Army. In the end it was concluded that conflict in that area is much more a political issue and that the US as well as the EU should do more to put an end to it, putting policy aside and thinking more in a humanitarian way.

Keywords: State of Israel. Palestine. Conflicts. Arabic-Israeli. Politics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Objetivo geral.....	10
1.1.2 Objetivos específicos.....	10
2 HISTÓRICO DO CONFLITO	11
2.1 SIONISMO E AS ORIGENS DA PALESTINA	11
2.2 PARTIÇÃO DA PALESTINA E O CONFLITO ÁRABE-ISRAEL.....	12
2.3 O PROCESSO DE PAZ: A ASCENSÃO E A DEMANDA DOS DOIS ESTADOS	15
2.4 FALHA NO PROCESSO DE PAZ.....	17
3 CONSEQUÊNCIAS REGIONAIS DO CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE	19
3.1 SUL DO LÍBANO: BATALHA ATIVA, CHAVE DO CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE	19
3.2 REFUGIADOS DA PALESTINA: UM PROBLEMA NIGLIGENCIADO	23
3.3 ARMAS DE DESTRUÇÃO EM MASSA NO ORIENTE MÉDIO: INSEGURANÇA REGIONAL.....	24
4 INFLUÊNCIA SOBRE A DOCTRINA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	27
4.1 DOCTRINA DA BATALHA TERRA-AR DO EXÉRCITO AMERICANO.....	27
4.2 INFLUÊNCIA NA DOCTRINA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	27
5 REFERENCIAL METODOLÓGICO	29
4.1 MÉTODOS.....	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Segundo Gelvin (2016), a criação do estado de Israel pelas Nações Unidas tornou-se oficial em 14 de maio de 1948. A jornada para estabelecer Israel começou após a Primeira Guerra Mundial e continuou a ser uma luta mesmo após a Segunda Guerra Mundial.

Justifica-se a escolha do tema devido ao fato de que os conflitos árabe-israelenses contribuíram para o aperfeiçoamento da Doutrina de Emprego dos Blindados da Força Terrestre do Exército Brasileiro, conhecida como Doutrina Delta. Um exemplo foi o desenvolvimento dos meios de comunicação via satélite. Os fundamentos utilizados durante os confrontos no Oriente Médio são características e princípios citados na Doutrina Delta (REIS, 2007). Assim sendo, tem-se pela relevância do tema.

Outro fato importante é que com a criação de Israel, o conflito entre Israel e a Palestina se intensificou e resultou em nações árabes atacando a nova Israel. Após a Primeira Guerra Mundial, os britânicos adquiriram o controle da Palestina como resultado da derrota do Império Otomano. Os britânicos anunciaram sua intenção de criar um Estado judeu na Palestina e foi apoiado por uma declaração da Liga das Nações. Os árabes eram contra essa ideia de que os palestinos estavam sendo despojados de suas terras.

De acordo com Sand (2014), a Comissão Peel, emitida pelo governo britânico, determinou que criar Israel e uma nação palestina separada seria uma solução melhor. Após a Segunda Guerra Mundial, os britânicos continuaram a empurrar seu desejo de estabelecer Israel, mas os árabes continuaram a resistir. Os britânicos deram às Nações Unidas o controle da situação, e a ONU emitiu uma resolução para criar Israel e um estado separado da Palestina. Embora os judeus aceitassem a resolução, os árabes a rejeitaram. Quando Israel se tornou um país oficial em 1948, os palestinos, juntamente com o apoio do Iraque, Síria, Líbano e Egito, atacaram o novo país. A guerra árabe-israelense continuou até 1949 até que um armistício foi alcançado.

Assim sendo, cabe problematizar a questão: A criação do Estado de Israel, em 1948, é o fator determinante para os atuais conflitos na Palestina? E de que maneira os conflitos no Oriente Médio contribuíram para aprimoramento da doutrina da Força Terrestre do Exército Brasileiro?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar como a criação do estado de Israel contribuiu para os conflitos na Palestina.

1.1.2 Objetivos específicos

Verificar como se deu a criação do estado de Israel;

Analisar os fatores que contribuíram para os conflitos na Palestina.

Influência dos conflitos no Oriente Médio para a evolução da doutrina do Exército Brasileiro.

2 HISTÓRICO

2.1 SIONISMO E AS ORIGENS DA PALESTINA

Segundo Dupas e Vigevani (2001), o movimento de colonos judeus europeus na virada do século XX, situado dentro do contexto do colonialismo britânico, cristalizado em torno do projeto sionista político do final do século XIX de Theodore Herzl que visava colonizar a Palestina e criar um estado judeu exclusivo. Como Herzl observou em referência ao que ele chamou de “questão judaica”: “todo o plano está em sua essência perfeitamente simples [...]. Que a soberania nos seja concedida sobre uma parte do globo grande o suficiente para satisfazer os requisitos legítimos de uma nação; o resto nós administraremos por nós mesmos” (HERZL, 1917, p. 11).

No entanto, este plano “simples” encontrou um grande problema: a esmagadora oposição da população indígena palestina, cristãos, muçulmanos e judeus, que inicialmente receberam a imigração judaica europeia até que sua ideologia exclusivista de colonos se tornou clara. Enquanto sentimentos de solidariedade com os palestinos e oposição ao sionismo ecoavam na região do Oriente Médio, a resistência palestina à colonização sionista começou a se elevar desde seus primeiros estágios, e já se sentia traída pela duplicidade colonial ocidental no rescaldo da Primeira Guerra Mundial (DUPAS e VIGEVANI, 2001).

Um objetivo-chave para o movimento sionista inicial estava ganhando reconhecimento internacional. Eles conseguiram quando o governo britânico unilateralmente (e ilegalmente) emitiu a Declaração Balfour em 1917, prometendo em termo vagamente elaborado, uma “pátria judaica”, na Palestina, contra os desejos da população indígena. Isso "representou um grande triunfo para a diplomacia sionista" dado que a população judaica era inferior a 10 por cento do total e os direitos políticos dos árabes – 90% da população –, foram totalmente ignorados (DUPAS e VIGEVANI, 2001).

A promessa de Balfour foi atualizada durante todo o período da ocupação britânica e o correspondente mandato, que foi parte de um processo colonial mais amplo legitimado pela Liga das Nações. Os britânicos apoiaram ideológica e materialmente o movimento sionista emergente na Palestina, renegando suas responsabilidades internacionais para apoiar a Autodeterminação da Palestina. A imigração judaica europeia aumentou dramaticamente, enquanto a propriedade da terra quase triplicou de menos de 2% do total da terra em 1920 (DUPAS e VIGEVANI, 2001).

A dura resposta militar britânica à “Grande Revolta Árabe” de 1936, uma revolta popular em massa apoiada por toda a região, rompeu a resistência palestina organizada e resultou em atores assumindo um papel cada vez mais direto em um conflito árabe-israelense mais amplo. Também resultou nos britânicos propondo, pela primeira vez, o conceito de “partição” e “transferência da população árabe” para fora das áreas “judaicas”, uma idéia que atraiu a liderança judaica, incluindo o então Primeiro Ministro David Ben-Gurion (DUPAS e VIGEVANI, 2001). O palco estava agora montado para o conflito árabe-israelense mais amplo.

2.2 PARTIÇÃO DA PALESTINA E O CONFLITO ÁRABE-ISRAEL

De acordo com Gelvin (2016), os horrores do Holocausto cometidos na Europa pelos europeus levaram à outra grande onda de imigração judaica europeia para a Palestina. Em 1945, os britânicos abandonaram suas obrigações do mandato, e dois anos depois, em 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou a controversa Resolução 181, endossando a divisão da Palestina. Todos os estados árabes, muçulmanos e africanos imediatamente rejeitaram este plano.

A partição, pela primeira vez, legitimou as reivindicações sionistas de uma parte da Palestina em termos internacionais, dando à população judaica, que possuía apenas 7 por cento das terras palestinas, 56 por cento das partes mais férteis da Palestina. Como o principal agente que trabalha para transformar o *status quo* no Oriente Médio, o movimento sionista instigou o conflito aberto entre judeus e árabes em 1947, que por sua vez, produziu a primeira guerra árabe-israelense de 1948 (GELVIN, 2016).

Referido pelos israelenses como a "Guerra da Independência", o estado de Israel foi proclamado em 14 de maio; para os árabes como Nakba, a guerra de 1948 resultou na derrota. As forças sionistas ganharam território adicional e limpou palestinos de suas terras: a grande maioria tornou-se refugiados durante a noite, e eles ainda estão defendendo seu direito de retorno (GELVIN, 2016).

Em todo o mundo árabe, a partição da Palestina e a subsequente guerra de 1948 inspiraram protestos em massa da Líbia e Iêmen para o Iraque, Egito e Síria. Ele também acendeu um nacionalismo anticolonial árabe e aprofundou a percepção árabe de corretores internacionais “desonestos”, um que continua até hoje, para o chamado "Deal of the Century" do presidente Trump. É crucial entendermos que para os nacionalistas e palestinos árabes, a

raiz do conflito árabe-israelense é o período Nakba e a remoção da população indígena palestina de suas terras (GELVIN, 2016).

Segundo Sand (2014), durante a Guerra Fria, também, a questão da Palestina continuou sendo a luta central no Oriente Médio. A política ocidental no meio do Oriente focou em conter as forças regionais potencialmente revolucionárias do nacionalismo árabe durante os anos de 1950 e 1960 pelo egípcio Gamal Abdel e proteger os interesses israelenses e monarquias árabes conservadoras com seus ricos recursos petrolíferos. O recuo forçado dos exércitos israelenses, franceses e britânicos no rescaldo da invasão tripartida do Egito em 1956, deram a Abdel o status heroico popular de Nasser entre os árabes em toda a região, como a figura principal que resiste ao imperialismo europeu em geral, o colonialismo israelense e o expansionismo regional em particular.

No entanto, a guerra árabe-israelense de 1967, que os israelenses chamam de "A Guerra dos Seis Dias" e os árabes em todo o termo da região an-Naksa, ou "o retrocesso", levou a uma vitória e ocupação israelenses decisivas na Cisjordânia, em Gaza e em Jerusalém, bem como nas colinas sírias de Golan e no Sinai egípcio (SAND, 2014).

Quanto aos israelenses, o triunfo decisivo representado pela guerra de 1967 significou, segundo o Ministro das Relações Exteriores israelense, Moshe Dayan, que “não havia chance de paz”, e por isso ele recomendou “ocupação iluminada”, comentando depois “a realidade atual nos territórios [...] o que existe hoje deve permanecer como um arranjo permanente na Cisjordânia”. Tal ocupação continua até hoje (SAND, 2014).

De acordo com Aragão (2017), estas políticas oficiais mascararam duas consequências importantes em Israel da guerra de 1967, que ainda são relevantes hoje. Em primeiro lugar, o controle israelense sobre os territórios palestinos levou o “desconforto” entre muitos israelenses liberais. Tal legado pode ser visto nos “moderados” israelenses que iniciaram o “processo de paz” de Oslo durante os anos 90. Em segundo lugar, a guerra deu origem a “religiosos Sionismos” e uma convicção entre muitos rabinos ortodoxos. Também levou a uma política cada vez mais influente de um grupo (pressagiando a ascensão ao poder do Partido Likud), que eles “viviam em uma era messiânica e que a salvação estava próxima”. A “santidade da terra” tornou-se um “princípio central da religião Sionista”. O Primeiro-ministro de Israel por quase uma década, Benjamin Netanyahu, hoje representa esta posição dominante na sociedade israelense.

Após sua exibição na guerra árabe-israelense de 1973, o Egito, sob o sucessor de Nasser, Anwar Sadat, efetivamente se retirou do conflito árabe-israelense depois que assinou um tratado de paz e reconheceu Israel em 1979 em troca da retirada israelense do Sinai. Isso

sinalizou o fim de qualquer ameaça pan-árabe regional remanescente e significativa para Israel. Além disso, o Egito agora se alinhou explicitamente com os interesses regionais dos EUA (e, cada vez mais, de Israel) nas despesas de seu papel regional de longa data e influência no mundo árabe e islâmico: era ainda expulso da Liga Árabe como resultado desta rendição percebida, e o próprio Sadat foi assassinado por razões semelhantes (ARAGÃO, 2017).

Encorajado, Israel permaneceu (e permanece) na ocupação da Cisjordânia, Gaza, Jerusalém Oriental e as colinas sírias de Golan (as duas últimas das quais anexou unilateralmente), e invadiu o Líbano em 1978 e, mais dramaticamente, em 1982, após o que ocupou o sul do Líbano por quase duas décadas após a expulsão de combatentes da Organização de Libertação da Palestina (OLP), que tinha sido baseada no sul do Líbano por mais de uma década. Assim, a liderança da OLP viveu no exílio na Tunísia durante os anos 80. Isso, por sua vez, levou ao aumento da resistência popular entre Palestinos nos Territórios Ocupados, culminando com a intifada seminal do final da década de 1980, e um movimento de resistência libanesa progressivamente eficaz composto de comunistas, nacionalistas e islamistas cada vez mais influenciados pela revolução iraniana (ARAGÃO, 2017).

Este último movimento finalmente se uniu ao Hizbullah, que reivindicou vários ataques contra Israel, incluindo a guerra de libertação do sul do Líbano em 2000 e de 2006 entre israelenses e libaneses. Como resultado do sucesso percebido do Hizbullah, e sua influência sobre as instituições de segurança libanesas, ele agora se tornou um ator regional, seu alcance militar se estendendo não apenas para a Síria depois de 2011, mas tão longe quanto o Iraque e o Iêmen. É também uma parte central do "Eixo de Resistência" que inclui, mais proeminentemente, o Irã, mas também a Síria (sob o regime de Assad) e diferentes grupos islamitas que operam na própria Palestina (ARAGÃO, 2017).

De acordo com Sand (2014), ao longo de muitas décadas, então, o conflito árabe-israelense foi transformado dramaticamente, e ainda assim a questão da Palestina permaneceu consistentemente no centro do Oriente Médio. Muito deste período foi definido por várias tentativas internacionais para enquadrar e reformular os termos dos conflitos e as possibilidades de paz, com o entendimento explícito de que tal paz era um pré-requisito para uma maior estabilidade na região.

2.3 O PROCESSO DE PAZ: A ASCENSÃO E A DEMANDA DOS DOIS ESTADOS

Segundo Sand (2014), enquanto a questão da Palestina está enraizada na fatídica Declaração Balfour, as tentativas internacionais de resolver ou mediar a questão da Palestina começaram no próprio nascimento da ONU, com o Plano Geral de Partição de 1947 da Assembleia. Todos esses esforços falharam em trazer a paz, mas em vez disso legitimados e entrincheirados ganhos territoriais israelenses ao longo do tempo.

Foi a vitória inequívoca de Israel na guerra árabe-israelense de 1967, e a passagem da Resolução 242 da ONU (e sua fórmula “terra pela paz”), que indiscutivelmente iniciou uma nova fase na diplomacia, cada vez mais dominada pelos EUA. O israelense exige que novas retiradas de linhas de cessar-fogo seriam ligadas a negociados, começando a se firmarem negociados acordos bilaterais de paz. O Tratado de paz egípcio-israelense de 1979, rejeitado em todo o mundo árabe, foi a primeira expressão desses acordos, e um acordo jordaniano se seguiria em 1994. O “processo de paz” de Oslo da década de 1990 também estava enraizada nesse “acordo”, assim como tentativas israelenses na década de 1990 para fazer um acordo com a Síria (SAND, 2014).

Gelvin (2016) afirma que crucialmente, no entanto, esses esforços de mediação internacional pós-1967 ainda eram, pelo menos nominalmente, enraizadas nas principais resoluções da ONU e nas disposições relevantes do direito internacional e apoiadas pelo peso da Assembleia Geral. Como tal, a comunidade internacional através da ONU declarou como “nula e sem efeito” a anexação unilateral de Israel do Golan e Jerusalém Oriental, e exigiu a implementação da Resolução 242 com seu apelo para a retirada israelense dos territórios palestinos ocupados. Quando Israel invadiu o Líbano em 1978, além disso, as resoluções da ONU foram rápidas e decisivas em exigir “imediate” retirada e envio de uma missão de paz (UNIFIL) para supervisionar a retirada.

No entanto, este documento afirma que, com o fim da Guerra Fria, a “solução de dois estados” mudou fundamentalmente de suas raízes nos inquilinos centrais da ONU para um paradigma de negociação mais bilateral, baseado na energia sob o patrocínio dos EUA e subscrito pela “construção do Estado” neoliberal, projetos da União Europeia e várias agências da ONU. A falha desse paradigma resultou em vários problemas regionais associados (GELVIN, 2016).

Em dezembro de 1987, ocorreu uma intifada palestina de dois anos contra a ocupação israelense, iniciaram-se as políticas de “requisição de terras agressivas” e “punho de ferro”. Esta intifada e a consequência da violenta repressão israelense provocou grandes mudanças na

política internacional relacionada ao Oriente Médio. A OLP abraçou a posição dos líderes da intifada, formalmente aceitando a visão da Resolução 242 da ONU sobre uma solução de dois Estados dentro da estrutura da legislação e resoluções relevantes da ONU (GELVIN, 2016).

De acordo com Sand (2014), sob os termos do acordo de Oslo de 1993, a OLP reconheceu o estado de Israel de “existir em paz e segurança”, aceitou as resoluções 242 e 338 da ONU e renunciou à luta armada e ao “terrorismo”. Em troca, Israel concordou em reconhecer a OLP como a representante da Palestina e iniciar negociações com a OLP no processo de paz no Oriente Médio, embora recusou-se a permitir qualquer referência a um “estado” palestino.

Os Acordos de Oslo criaram o que se tornaria a Autoridade Palestina (AP) - um governo interino civil com status autônomo, ao invés de estatal - que seria permitido governar a Cisjordânia e Gaza durante um período de transição não superior a cinco anos (ou seja, até Maio de 1999) (SAND, 2014).

Um acordo suplementar (“Oslo 2”) em setembro de 1995 especificou que os APs eram escassos poderes e competência durante este “período de transição”. Oslo 2 dividiu a Cisjordânia em três áreas administrativas distintas (ainda em vigor até hoje). Na área “A” (cerca de 18% do Oeste e compreendendo seis grandes áreas urbanas palestinas, incluindo Ramallah), a AP teria autoridade sobre a segurança e assuntos internos. Na área “B” (áreas rurais palestinas selecionadas próximas a área “A”), a AP controlaria assuntos internos, mas Israel teria autoridade sobre segurança. Finalmente, a área “C” (compreendendo aproximadamente 61 por cento da Cisjordânia e contígua geograficamente, e incluindo todos os assentamentos judaicos como bem como a área do Vale do Jordão) deveria permanecer totalmente sob o controle militar israelense (SAND, 2014).

Segundo Aragão (2017), no geral, o Ministério de Relações Exteriores de Israel deixou claro que os principais objetivos dos acordos de Oslo eram apenas para ampliar o autogoverno palestino e permitir que os palestinos conduzam seus assuntos internos. Assentamentos israelenses na Cisjordânia cresceram em ritmo acelerado e o desencantamento palestino continuou. Em 1995, Yitzhak Rabin, que havia negociado Oslo e estava aberto a um acordo com a Síria, foi assassinado por um terrorista judeu representando as facções messiânicas e de direita da sociedade israelense que estavam agora em ascendência.

A iniciativa de Camp Bill do presidente Bill Clinton em 2000 foi chamada, o "Last Hurray of Oslo" e terminou em fracasso. Isso também resultou no início da Segunda Intifada - e no aumento de poder e a popularidade do Hamas às custas da OLP. Em setembro de 2000, seguindo o exemplo de Ariel Sharon provocações infames e cuidadosamente encenadas no

Monte do Templo / Haram-al-Sharif em Jerusalém, reforçaram ainda mais o sentimento contra Israel (ARAGÃO, 2017).

Aragão (2017) afirma que o período subsequente foi dominado pela "guerra ao terror" dos EUA durante a presidência de George W. Bush. Mais uma vez, vemos que, para que os EUA solicitem apoio de estados-chave no Oriente Médio, alguma forma de “processo de paz” era necessária. O Plano de Paz Árabe de 2002 procurou estender a fórmula "terra por paz" incorporada em Oslo em troca da normalização formal entre a maioria dos estados árabes e Israel. A equipe de Bush, em seguida, revelou oficialmente o que veio a ser conhecido como o documento “Roadmap” oficialmente no âmbito dos EUA, a ONU, Rússia e UE, em abril de 2003, após a invasão e ocupação do Iraque pelos EUA.

Embora os palestinos tivessem pouca escolha a não ser aceitar o plano, o "Roadmap" não continha cláusulas que protegessem os direitos dos palestinos ao abrigo do direito internacional e, em vez disso, retoma a lógica da negociação diplomática de Oslo entre dois jogadores com grandes disparidades de poder (ARAGÃO, 2017).

2.4 FALHA NO PROCESSO DE PAZ

Segundo Gelvin (2016), existe agora um consenso geral de que o processo de Oslo e o subsequente Plano de Paz Árabe e “roadmap” repetidamente falharam, à medida que Israel, apoiada pelos EUA, aprofundou sua infraestrutura de ocupação, acrescentou sucessivas condições de segurança para que a Autoridade Palestina, cada vez mais desacreditada, se reunisse, aprovou assentamentos judaicos em rápida expansão nos territórios palestinos ocupados e sitiou Gaza. Como o ex-assistente especial dos EUA para o presidente dos EUA, Clinton Robert Malley, refletiu em 2001: “Visto de Gaza e da Cisjordânia, o legado de Oslo parecia uma ladainha de promessas adiadas ou insatisfeitas. Seis anos após o acordo, houve mais assentamentos israelenses, menos liberdade de movimento e piores condições econômicas”.

Desde então, os “moderados” ou “realistas” dentro do sistema político israelense que defendiam, pelo menos em princípio, para alguma forma limitada de estado para a Palestina foram largamente substituídos por linha dura, Likudistas ideológicos e seus apoiadores messiânicos. Netanyahu rejeitou categoricamente qualquer acordo de paz significativo com os palestinos dentro da estrutura de dois estados, e apoiou a expansão dos assentamentos ilegais, que nunca realmente pararam, mesmo durante Oslo continuaram (GELVIN, 2016).

Do lado palestino, a Autoridade Palestina tornou-se um símbolo de fraqueza, corrupção e divisão, com o Hamas governando Gaza desde 2007. O Presidente Mahmoud Abbas, que também é Presidente da OLP e líder de sua facção dominante, Fatah, é profundamente impopular e tem estado no poder desde 2004, apesar de seu mandato eleitoral ter expirado em 2009. Netanyahu e Abbas juntos são a própria expressão do fracasso do "processo de paz" (GELVIN, 2016).

Segundo Sand (2014), a difícil situação socioeconômica nos territórios palestinos ocupados e as catastróficas condições humanitárias na sitiada Faixa de Gaza foram cuidadosamente documentadas durante anos por uma série de organizações de direitos humanos (B'Tselem) e organizações de ajuda humanitária, bem como pelo Banco Mundial e várias agências das Nações Unidas.

No geral, a ONU estima que 2,5 milhões de palestinos que vivem nos territórios ocupados terão exigido assistência humanitária em 2018. Com taxas de desemprego entre as mais altas do mundo e quedas de energia que duram regularmente vinte horas por dia, a população sitiada de refugiados de Gaza, que depende da ajuda alimentar emergencial da ONU, para um milhão, dez vezes o número em 2000. A Cisjordânia, entretanto, tem sido dividida em uma série de pequenos enclaves, muitas vezes desconectados, cortados por vários assentamentos judeus e estradas, postos de controle militares israelenses e o muro israelense declarado ilegal pela Corte Internacional de Justiça (SAND, 2014).

Além disso, os principais atores internacionais envolvidos no “processo de paz” foram, na melhor das hipóteses, desacreditados pelos fracassos e, na pior das hipóteses, acusados de cumplicidade. Como um estudioso escreveu, “os EUA decidem, o Banco Mundial lidera, a UE paga, os alimentos da ONU”. Os europeus têm em grande parte subscrito o processo de Oslo através de doações estritamente controladas, mas suas tentativas de traduzir este financiamento para o poder diplomático tem sido ineficaz, e eles têm servido essencialmente para manter a Autoridade Palestina viável (SAND, 2014).

Em termos de desenvolvimento, um antigo funcionário público da ONU ecoou muitas vozes críticas quando escreveu sobre a “cumplicidade do sistema da ONU no endosso e manutenção” do Marco de Oslo para o autogoverno palestino que “equivale efetivamente a conceder um mandato internacional deficiente aos direitos de Israel para governar indefinidamente o povo palestino nos territórios ocupados” (SAND, 2014).

De acordo com Aragão (2017), em um nível fundamental, então, a própria premissa do “processo de paz” de Oslo foi o princípio de negociações diretas entre poderes muito desiguais e a remoção do direito internacional – proteção para o lado mais fraco –, os

palestinos. De fato, o status legal de Oslo é controverso, uma vez que nunca foi registrado com as Nações Unidas e, portanto, em caso de conflito, as obrigações de Israel sob a Carta da ONU prevaleceriam sobre qualquer outro acordo. Em vez de levar a um estado palestino e segurança para Israel e Palestina de acordo com o objetivo final do “processo de paz”, a situação nunca foi tão tratada em termos políticos, desenvolvimentistas ou humanitários.

3 CONSEQUÊNCIAS REGIONAIS DO CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE

Segundo Dupas e Vigevani (2001), o fracasso em resolver significativamente a questão da Palestina por mais de um século e, desde a Declaração de Balfour, o plano de partição da ONU precipitou o conflito árabe-israelense e tem desestabilizado persistentemente o Oriente Médio. A falha mais recente tem sido a promessa de Oslo de dois estados com base no acordo de guerra pós-1967.

Esta seção aborda quatro problemas regionais persistentes, não resolvidos, decorrentes desses fracassos e que mantêm o sul do Líbano em constante instabilidade. O Golan Heights; refugiados palestinos e a proliferação de armas de destruição em massa. Destaque para o conflito maior Irã – Israel / Arábia Saudita que é agora um fator transversal em todos eles (ARAGÃO, 2017).

3.1 Sul do Líbano: batalha ativa, chave do conflito árabe-israelense

Para Dupas e Vigevani (2001), o sul do Líbano tornou-se indiscutivelmente o principal campo de batalha ativo do conflito árabe-israelense após a Guerra de 1973 e, em particular, após o subsequente tratado de paz egípcio-israelense. Como o país foi mergulhado em uma guerra civil pan-árabe, esquerdistas facções libanesas se juntaram na luta de libertação da Palestina, enquanto facções cristãs de direita se aliaram a Israel e ao Exército libanês - este dividido, com uma parte se tornando o "Exército do Sul do Líbano", que atuou como uma milícia substituta para Israel patrulhar o sul do Líbano.

De acordo com Aragão (2017), a primeira grande invasão de Israel ao Líbano em 1978 resultou no destacamento de forças de paz da ONU (UNIFIL) que continuam a operar no sul do Líbano quatro décadas depois. Sua segunda invasão em 1982, incluindo um cerco a Beirute, resultou em dois grandes fatores que continua a reverberar pela região. Em primeiro lugar, a partida mediada pelos EUA dos combatentes da OLP do Líbano e a subsequente ocupação israelense em grande escala, que duraria até o ano 2000, produziu vários

movimentos de resistência indígena que ajudaram a expulsar Israel de Beirute, no sul do Líbano.

Inicialmente, incluía-se o socialista nacional sírio, comunista e seculares partidos palestinos, mas o Hezbollah, influenciado pela revolução iraniana de 1979, gradualmente assumiu, e nos anos 90, ele havia basicamente cimentado seu lugar como principal grupo de resistência, legitimado por todos os governos libaneses de guerra pós-civil que apoiavam a liberação do território libanês do sul (ARAGÃO, 2017).

O segundo maior resultado da invasão de Israel em 1982 foi o enfraquecimento da OLP, que havia estabelecido sede na distante Tunísia e o consequente aumento da resistência dos palestinos no solo na Cisjordânia, Jerusalém e Gaza. A intifada do final dos anos 80, e seu uso de protestos em massa não violentos, foi crucial na transformação do movimento palestino por autodeterminação, tanto no desenvolvimento de instituições locais como na reativação da questão da Palestina nos níveis regional e internacional. Isso precipitou a própria Reunião da Assembleia Nacional Palestina, reunião seminal de 1988 em Argel, explicando a aceitação da OLP de uma solução de dois estados e reconhecimento oficial de Israel, um movimento que resultou nas conversações de paz de Madri em última análise, o processo de Oslo (ARAGÃO, 2017).

O sul do Líbano continua a ser um campo de batalha ativo no conflito árabe-israelense, tendo implicações internacionais. A invasão israelense do Líbano em julho de 2006 e a guerra contra o Hezbollah foi crucial para expor as limitações militares israelenses contra um exército não convencional e criar um equilíbrio de poder de fato ao longo da fronteira libanesa-israelense. Mostrou ainda ao Hezbollah a importância da Síria como uma aliada na medida em que serviu como uma saída para armas, ajuda humanitária e território para os deslocados de suas aldeias. A resolução da ONU que terminou a guerra depois de trinta e três dias, desde então proporcionou um delicado equilíbrio entre Israel e o Hezbollah, tem sido a coordenação calma e mesmo militar quando a tensão surgiu através da UNIFIL, e entre a principal divisão política libanesa do chamado "8 de março" (pró-resistência e Síria, anti-EUA) e alianças "14 de março" (pró-saudita e ocidente, anti-Hezbollah e Síria) (ARAGÃO, 2017).

Segundo Sand (2014), este equilíbrio proporcionou alguma estabilidade no Líbano, à medida que a ordem regional começou a se desfazer com as revoltas árabes no final de 2010, mas apenas pausou o conflito maior com Israel em vez de resolvê-lo. Nos últimos anos, o Líbano, e a região maior, se prepararam para uma ampla guerra com Israel, e, segundo todos os relatos, tal guerra teria implicações de longo alcance para a ordem regional, não apenas

para a política libanesa ou israelense interna. A posição do Hezbollah cresceu imensamente na região, e sua intervenção na Síria foi explicitamente justificada por sua narrativa que Israel e os EUA estão por trás do plano de remoção de Bashar al-Assad, dado o apoio de Assad para o Eixo da Resistência liderado pelo Irã. O atual confronto entre Israel e Irã e o Hezbollah, particularmente depois da reaproximação entre sauditas e emirados com Israel, é sem dúvida a maior ameaça à estabilidade. Pelo menos parte de suas raízes está no problema não resolvido do sul do Líbano.

O segundo maior problema regional decorrente do conflito árabe-israelense é a situação não resolvida das colinas sírias de Golan, que Israel ocupou em 1967, desafiando a Resolução 242 da ONU. Mais conflitos durante e após a guerra árabe-israelense de 1973 produziram a Resolução 338 (convocando a implementação de 242) e o subsequente desligamento do plano de 1974. Este último levou à retirada parcial de Israel do território ocupado em Golan até a cidade de Qunaitra e o desdobramento de observadores da ONU (UNTSO) na zona de amortecimento entre o Estado de Golã e o resto da Síria (SAND, 2014).

Desde o início, no entanto, para os israelenses, a noção de um acordo pleno com a Síria não era considerada uma opção realista, dada a posição estratégica do Golan. De fato, sob a liderança do Likud de Menachem Begin e Ariel Sharon, Israel até formalmente anexou Golan em 1981, embora a ONU tenha rapidamente declarado isso ilegal. A intenção era pacificar a Direita israelense e parar o ímpeto em direção a uma abrangente paz árabe-israelense que o presidente dos EUA, Jimmy Carter, havia iniciado e isso levou ao tratado israelense-egípcio de 1979 e retirada limitada do Sinai. Unanimidade da ONU sobre a questão síria, ameaças do governo e demandas populares sírias e árabes pedindo que Israel se retire tudo falhou. O sucesso de fato de Israel em escapar da anexação encorajou Sharon para prosseguir, o que veio a ser conhecido como o grande plano para usar o poder militar de Israel para estabelecer a hegemonia política no Oriente Médio (SAND, 2014).

Este levou diretamente a seus planos de invadir o Líbano em 1982, a fim de instalar um governo amigável, quebrar a OLP para permitir a incorporação da Cisjordânia à “Grande Israel” e expulsar os palestinos tanto do Líbano e da Cisjordânia na Jordânia e transformá-la em um estado palestino (SAND, 2014).

De acordo com Dupas e Vigevani (2001), após a conferência de paz de 1991 em Madri, pela primeira vez foram realizadas discussões sérias através de mediadores de terceiros, como os EUA, entre a Síria e Israel, sob um governo trabalhista, para chegar a um acordo. Itamar Rabinovich, o principal negociador israelense com a Síria durante esse período, argumentou que um acordo estava próximo, mas o presidente sírio, Hafiz Assad, não

aceitaria os termos do ministro Rabin de retirada parcial, seguidos de um longo período de normalização ao longo das linhas do acordo israelo-egípcio. Após o assassinato de Rabin, em uma entrevista do jornal o negociador israelense Uri Savir afirmou: Shimon Peres "perdeu a chance" de concluir um tratado de paz com a Síria em 1996 por "não tomar uma decisão" e em vez disso pedir uma eleição geral, que Netanyahu ganharia. A primeira declaração oficial de Netanyahu deixou claro que "manter a soberania de Israel sobre o Golan será a base para um acordo com a Síria".

De acordo com Aragão (2017), mais uma tentativa de um acordo de paz fracassou em Genebra, em 2000, quando o Primeiro-ministro Trabalhista de Israel Ministro Ehud Barak equivocou na retirada total do Golan: a chance de um plano de paz abrangente foi perdido como as intervenções da "guerra ao terror" dos EUA, que tentaram derrubar o regime sírio e impor um regime amigável a Israel. Somente uma década depois, durante o primeiro mandato do presidente Obama, Netanyahu, mais uma vez no poder, supervisionou uma lei parlamentar, em 2010, exigindo um referendo nacional antes de se retirar de qualquer território sírio ocupado para protelar ainda mais um tratado de paz com a Síria.

O início das revoltas sírias em 2011 levou a uma tensão não vista desde o desengajamento de 1974. Israel encorajou forças radicalizadas combatendo o Exército sírio em torno do Golan e, em 2014, as forças do alNusra assumiram o controle de Qunaitra e as posições do UNDOF foram eventualmente abandonadas, uma vez que suas posições ficaram sob fogo. Durante este período, a estratégia israelense no terreno relativo ao sul da Síria concentrou-se em construir uma "zona segura" tanto para empurrar o exército sírio tão longe da fronteira de Israel quanto possível e para fortalecer o controle de Israel sobre o Golan. Israel primeiro teve acesso a áreas controladas pela oposição no sul da Síria através de organizações humanitárias e militares, e seu objetivo era estabelecer uma zona tampão de 40 quilômetros monitorada por Israel além das Colinas de Golan, idealmente com uma força de polícia de fronteira síria armada e treinada por Israel, e maior envolvimento na administração civil em áreas controladas pela oposição (ARAGÃO, 2017).

Como a maré da guerra da Síria mudou decisivamente para a vantagem do exército sírio e seus aliados, o Golan foi restaurado à sua situação anterior a 2011 e a maioria dos rebeldes foram expulsos. A questão dos contornos de um eventual acordo pós-guerra, incluindo o papel do Hezbollah, permanece incerto, e há temores de que o Presidente dos EUA Trump aceda aos pedidos israelenses de longa data para o reconhecimento dos EUA da anexação de Golan à Israel. Tal cenário levaria à desestabilização e possível guerra não apenas no Golan e o sul da Síria, mas o Oriente Médio (ARAGÃO, 2017).

3.2 Refugiados da Palestina: um problema negligenciado

Uma das consequências mais importantes e intratáveis do conflito árabe-israelense e em particular, a incapacidade de resolver a questão da Palestina, tem sido o destino dos refugiados palestinos.

De acordo com Sand (2014), durante as guerras de 1947-8, as forças armadas sionistas / israelenses forçaram a grande maioria dos palestinos a se tornarem refugiados da noite para o dia. Cerca de dois terços deles terminaram e permanecem na Cisjordânia e em Gaza, enquanto o restante estava espalhado pelo Líbano, Jordânia e a Síria. A Assembleia Geral da ONU em 1948 aprovou a resolução seminal 194 que reconheceu o direito de retorno dos refugiados, e dois anos depois criou uma agência que fornece ajuda e obras para os refugiados palestinos (UNRWA). Para os palestinos, a UNRWA desde sua criação encarnou responsabilidade e compromisso da comunidade internacional para implementar o direito de retorno.

Além disso, assegurando que o mandato da UNRWA estava ligado à Resolução 194, os países árabes também queriam tranquilizar os refugiados e seus próprios cidadãos, que na época apoiavam enormemente a causa palestina, sobre o seu compromisso com o direito de retorno do mandato limitado da UNRWA (em grande parte, saúde e educação) e financiamento *ad hoc*, refletiu a noção, ou pelo menos a esperança de que o problema dos refugiados da Palestina seja resolvido de acordo com as resoluções logo após a sua criação. Isto provou ser altamente otimista, dado a subsequente evolução do conflito árabe-israelense e, de fato, o afluxo de refugiados adicionais após a Guerra de 1967. Durante as negociações de Oslo na década de 1990, a questão dos refugiados era um dos status finais dos acordos que deveriam ser negociados, mas como com as outras negociações similares, abruptamente e sem resolução. A renovada contestação da UNRWA como uma agência exclusivamente de ajuda para refugiados, ou em combinação com a sua função incorporada na Resolução 194, significativa não apenas na Palestina, mas no Oriente Médio (SAND, 2014).

As nações ocidentais têm, em geral, financiado a UNRWA nas últimas décadas não só para apoiar estabilidade e capacidade das nações anfitriãs para lidar com um grande número de refugiados, mas também o que eles veem como o desafio do “radicalismo” e do “extremismo” dentro dos campos. A maioria dos governos israelenses também apoiaram oficialmente o pragmatismo dos países doadores por usar a UNRWA para “atrapalhar” o

problema dos refugiados, limitando o impacto humanitário nas políticas de ocupação e o cerco em Gaza (SAND, 2014).

No entanto os EUA, principal doador da UNRWA, mergulharam a agência em uma crise sem precedentes, após a decisão abrupta do presidente Trump de cancelar fundos no início de 2018 após a recusa palestina para aceitar o reconhecimento de Trump de que Jerusalém é a capital de Israel. Além disso, os principais membros da equipe Trump estão pressionando ativamente pelo término da UNRWA e pelo despojamento dos palestinos do status de “refugiado”. O impacto de todos esses cortes repentinos e não planejados na estabilidade política do Oriente Médio é incalculável: produziria instabilidade afetando alguns dos principais aliados estratégicos dos EUA, da UE e do Reino Unido no Oriente Médio. Os serviços da UNRWA são cruciais e atualmente insubstituíveis na Jordânia (que agora abriga 2 milhões de refugiados), Líbano (meio milhão) e Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental (juntos compreendendo 3 milhões). Na Síria devastada pela guerra, os serviços da UNRWA ainda cobrem oficialmente meio milhão de refugiados palestinos, uma parte dos quais se tornaram refugiados duplos ao se mudarem para Líbano ou Jordânia.

A batalha sobre a UNRWA, tanto em termos de desonerá-la e restringir severamente os serviços cruciais fornecidos, e em termos de despojamento de sua função política de fato como um defensor dos refugiados direitos e proteção, terá um efeito significativo na estabilidade dos países de acolhimento e de Gaza e Cisjordânia, bem como nas perspectivas maiores de paz do conflito árabe-israelense.

3.3 Armas de destruição em massa no Oriente Médio: insegurança regional

Segundo Aragão (2017), o impacto do conflito árabe-israelense também tem influência significativa na questão das armas de destruição maciça (WMD) no Oriente Médio. Atualmente, apenas Israel é um possuidor de armas nucleares, embora nunca tenha reconhecido oficialmente isso e tenha se recusado a participar do Tratado da Não Proliferação Nuclear da UE (TNP) ou submeter-se a inspeções internacionais. Essa assimetria entre Israel e os árabes, Estados Unidos e Irã, em termos de armas nucleares e outras WMDs (armas biológicas e químicas), criou insegurança regional. Para enfrentar essa insegurança e evitar uma corrida armamentista, os estados árabes há muito que apoiou a criação de uma Zona Franca de Armas Nucleares do Médio Oriente (NWFZ), uma proposta feita pelo Egito e pelo Irã em 1974 e que o Egito expandiu em 1990 para incluir uma zona livre de armas de destruição em massa, sob a alçada da diplomacia multilateral do TNP e da supervisão da

ONU. Em 1995, o TNP oficialmente adotou esta proposta, mas desde então, apesar de alguns progressos no desenvolvimento da ideia, tem sido arquivado devido à forte oposição israelense (com firme apoio dos EUA).

O programa nuclear de Israel foi criado com forte apoio francês durante a década de 1960, e desde então a Europa e particularmente os EUA apoiaram a posição de Israel e trabalharam para prevenir que outros Estados do Oriente Médio adquiram tais armas. O fracasso em apoiar um sistema regional livre de armas de destruição em massa em forma de zona, em seu início levou vários estados árabes a procurar armas de destruição em massa para combater as desvantagens. O Egito é suspeito de ter armas químicas, e se recusou a assinar o TNP ou a Convenção sobre Armas Químicas (CWC) até que Israel o tenha feito. Iraque e mais tarde a Líbia e a Síria, construíram seus próprios estoques de armas químicas durante a Guerra Fria, explicitamente usando a posse de armas israelenses de destruição em massa como sua justificativa (ARAGÃO, 2017).

Após a Guerra do Golfo de 1990, e tendo em conta que anteriormente usara armas químicas para atacar as forças iranianas e mais tarde áreas curdas, o Iraque foi submetido a várias resoluções de desarmamento da ONU e regime de inspeção para assegurar a destruição dessas armas e o desmantelamento do seu programa nuclear. De fato, o regime de sanções apoiado pelo Ocidente produziu catástrofe no Iraque. Pior ainda, os EUA usaram a falsa acusação do Iraque ter posse continuada de armas de destruição em massa, e a ameaça que isto representa para Israel, como uma justificativa chave para invadir e ocupar o Iraque em 2003. Isso, por sua vez, causou dificuldades incalculáveis no Iraque e levou a um número sem precedentes a um ciclo de guerra, conflito regional e a ascensão de grupos armados do Al-Qaeda e depois do ISIS. No rescaldo das revoltas árabes, tanto a Líbia quanto a Síria foram compelidas a se unirem à CWC e destruir seus respectivos estoques químicos (ARAGÃO, 2017).

Com o Iraque, a Líbia e a Síria sem armas químicas, e ainda sem armas ocidentais fizeram pressão sobre Israel para se juntar ao TNP ou, pelo menos, declarar seus programas de WMD. Assim Israel teve sua assimétrica posição estratégica foi reforçada. Atualmente, apenas o Irã é uma ameaça, e há décadas o problema do programa nuclear do Irã tem sido, portanto, o foco central do Ocidente, e especialmente os EUA, através de ameaças, sanções e negociações. Em 2005, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução sob o Capítulo VII para coagir o Irã a interromper seu programa de enriquecimento de urânio, e sanções ao Irã, politicamente isolado, levando a intensas consequências sociais e humanitárias. Quando as negociações finalmente alcançaram um avanço na forma do acordo

nuclear de 2015 entre o Irã e o P5 + 1, o então presidente dos EUA, Obama, ficou sob forte ataque de Israel e seus apoiadores dos EUA, que o acusaram de vender Israel. Depois de se tornar presidente, Trump rapidamente reverteu a promessa de Obama de trabalhar com o Irã, unilateralmente puxando os EUA para fora do negócio. Parece haver pouca dúvida de que a pressão e o interesse de Israel em permanecer o único estado possuidor de WMD causará mais tensão e instabilidade no Oriente Médio (ARAGÃO, 2017).

4 INFLUÊNCIA SOBRE A DOCTRINA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

4.1 DOCTRINA DA BATALHA AR-TERRA DO EXÉRCITO AMERICANO

O desenvolvimento da Doutrina Ar-Terra pelo Exército dos Estados Unidos da América deu-se a partir do final da década de 70, quando se deparou em um conflito de alta intensidade contra forças do Pacto de Varsóvia, que possuíam plataformas de combates superiores e efetivo maior que o americano. O Exército dos Estados Unidos não era capaz de fazer frente e a única solução para uma vitória seria o uso de armas nucleares. E foi nesse contexto, que a Guerra de YomKippur, que está inserida nos conflitos árabe-israelenses, teve papel fundamental para o desenvolvimento dessa doutrina, sendo extraída dela os relatos e ensinamentos aprendidos (SCHRAMM, 1991).

A Doutrina da Batalha Ar-Terra possui quatro fundamentos básicos: iniciativa, agilidade, profundidade e sincronização. O objetivo principal é manter a iniciativa do ataque e ser agressivo com o inimigo, impondo a sua vontade sobre o inimigo, a fim de destruir as suas defesas, e agir com agressividade até que os objetivos do Escalão Superior sejam atingidos (EUA, 1982).

De forma resumida, a doutrina tem como base a iniciativa dos comandantes em todos os escalões, operações aerotáticas, mobilidade por meio de blindados, liderança e agressividade. A ideia não era de mais de usar o reforço onde a defesa foi rompida, pois era ali que estava o grosso do inimigo, por consequência, sua parte mais forte, sendo mais vantajoso atacar de uma posição inesperada uma parte vulnerável do inimigo. Essa forma de combate israelense mostrou-se eficiente e que, também, poderia ser utilizada por outros Exércitos de outras partes do mundo (SCHRAMM, 1991).

4.2 INFLUÊNCIAS NA DOCTRINA BATALHA AR-TERRA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

A Doutrina Delta (manual C100-1), instituída através de uma portaria número 21-EME, contém as bases para a modernização da doutrina do emprego da Força Terrestre. Essa nova doutrina adotada pelo Exército Brasileiro, possui por características a iniciativa, agilidade, sincronização e a capacidade de gerenciamento das informações. Também possui um enfoque na iniciativa e rapidez, a fim de explorar as vulnerabilidades do inimigo. Há o destaque para a liderança que devem ter os comandantes para que possam tomar decisões sem

ter o contato com o escalão superior. Todas essas características da Doutrina Delta, que foram citadas acima, são fundamentos doutrinários e princípios da Doutrina Batalha Ar-Terra, que foi inspirada pelos ensinamentos colhidos nos conflitos árabe-israelenses, mais precisamente na batalha de YomKippur (REIS, 2007).

As duas doutrinas abordam sobre o ataque de uma posição inesperada e o aprofundamento do campo de batalha no nível tático e operacional, concentrando seu poder de combate contra a parte mais fraca do inimigo. Ambas dão atenção especial para o emprego da Força terrestre, mas especificamente na utilização do combinado Carro de Combate – Fuzileiro Blindado (FT CC-FUZ), porém não dispensa que também devem ser realizadas operações aero táticas. A manobra deve ser conduzida da forma mais ofensiva e tomando decisões no menor tempo possível, com ênfase nas manobras desbordantes ou envolventes, por isso as tropas blindadas e mecanizadas são as mais aptas para realizar esse tipo de operação (BRASIL, 1996).

Por fim, a Doutrina Delta aborda que a evolução doutrinária do Exército Brasileiro deve acompanhar as realidades dos combates modernos e basear-se nas experiências aprendidas em outros conflitos, se estiver dentro da realidade do contexto brasileiro. A semelhança entre a Doutrina da Batalha Ar-Terra e a Doutrina Delta fica evidenciada quanto aos princípios e fundamentos, já citados anteriormente, presentes em ambas doutrinas, como por exemplo: iniciativa, rapidez, profundidade e agilidade. Esses conceitos da doutrina brasileira foram ensinamentos colhidos a partir a doutrina americana, a qual foi desenvolvida a partir de relatos dos conflitos árabe-israelenses (REIS, 2007).

5 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos foram os seguintes: leituras preliminares para aprofundamento do tema e definição das etapas de análise do material. Ao serem estabelecidas as bases práticas para a pesquisa, procurou-se garantir a execução da pesquisa seguindo o cronograma proposto além de propiciar a verificação das etapas de estudo.

4.1 TIPOS DE PESQUISA

A pesquisa se deu por meio bibliográfico e foi realizada com base no modelo exploratório que tem como objetivo a familiarização com o assunto, em que foram realizadas leituras referentes ao tema, os quais serão expostos com informações obtidas durante a coleta de dados.

4.2 MÉTODOS

Foram realizados os seguintes procedimentos: apresentação de uma pesquisa bibliográfica relacionada ao tema com base em artigos já publicados sobre o assunto, bem como livros, os quais desenvolvem os conceitos necessários a nossa pesquisa. Procedendo-se com um levantamento de dados da pesquisa bibliográfica relacionado ao tema, em seguida foram feitas a tabulação do material coletado confrontando-os com as hipóteses propostas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destacou a relevância e importância contínuas do conflito árabe-israelense, e particularmente a questão da Palestina, como um problema central no Oriente Médio e como esses conflitos afetaram de alguma forma a doutrina da Força Terrestre do Exército Brasileiro. Alega que a história da violência, falhas diplomáticas e traições ao longo de um século, desde a emissão da Declaração de Balfour, que eventualmente levou à divisão da Palestina, tem estado no centro dos principais problemas regionais ao longo dos períodos da Guerra Fria e Pós-Fria.

Observou-se que o fracasso do processo de Oslo durante a década de 1990 mostrou essencialmente que a solução para os dois estados, baseada na Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, a própria base do processo de paz, tem se perpetuado no impedimento historicamente mais importante para a estabilidade e a paz no Oriente Médio, ou ao menos na região do Levante.

Um rápido olhar para um mapa da Cisjordânia ocupada, não contígua e entalhada, cercada como é por blocos de assentamentos judaicos ilegais, postos avançados militares e zonas, e estradas só de judeus, expõe o vazio por trás da ideia de criar um estado significativo em parte do território reconhecido da Palestina, nomeadamente a Cisjordânia. Este tem sido o problema há mais de uma década agora. O reconhecimento de 2018 pelos EUA da Jerusalém ocupada como capital de Israel, e a tentativa por figuras de alto escalão na administração Trump para tirar os palestinos de seu status de refugiado e seu direito de retorno, e reforçar as colônias judaicas em contravenção ao direito internacional, resoluções e até mesmo os acordos de Oslo e Roadmap, simplesmente faz a situação na Palestina mais explícita.

A situação em Gaza, que tem estado sob um cerco horrível e um ataque regular de Israel e invasões por mais de uma década, e sofre algumas das maiores catástrofes humanitárias, de pobreza e de desenvolvimento global, continuará a alimentar a resistência palestina.

Talvez mais significativamente, os conflitos em Gaza, no sul do Líbano e na Síria ocupada nas colinas de Golan, servem agora como um locus central do conflito iraniano regional maior e mais dinâmico da resistência liderada pelo Hezbollah com uma aliança informal liderada por Israel, conflito que evoluiu do impasse árabe-israelense.

Sob a ótica da influência dos conflitos árabe-israelenses na evolução da doutrina brasileira, não há um documento que comprove, de fato, que a Doutrina Delta tenha sido feita baseada na doutrina norte-americana, porém há uma semelhança entre as duas doutrinas e a

elaboração da Doutrina Batalha Ar-Terra foi realizada baseada nas nos relatos dos conflitos ocorridos no Oriente Médio. O que foi escriturado no manual C 100-1 também repercutiu positivamente na revisão de cadernos de instrução e manuais do Exército Brasileiro.

Em uma escala mais global, as ações de Israel, particularmente na última década em Gaza, mas também recentemente em seu papel em derrubar as negociações dos EUA com o Irã e sua aprovação da perigosa lei da nacionalidade judaica que consagra a situação do apartheid dentro do próprio Israel, provocou uma reação internacional, como, por exemplo e mais recentemente, tanto do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU, votando esmagadoramente contra a decisão dos EUA de reconhecer Jerusalém ocupada como a capital de Israel. Essa reação é ainda mais proeminente dentro dos movimentos globais da sociedade civil. O movimento de maior destaque é o movimento BDS, que empresta do movimento similar contra o regime de apartheid sul-africano branco, isto expõe, particularmente para aqueles no Ocidente

Tais tendências internacionais e movimentos globais adicionam uma camada extra à situação regional, e até que a questão da Palestina seja resolvida de maneira significativa e justa, tal tensão e violência continuarão. A evolução do conflito árabe-israelense em uma resistência cada vez mais resiliente ao conflito entre o eixo e Israel sugere que a União Europeia e a comunidade internacional devem sair de suas próprias políticas das últimas duas décadas e buscar soluções mais amplas, e que ambos reconheçam as consequências regionais maiores desse conflito.

Os estados europeus devem também ser mais autocríticos sobre seu papel na perpetuação da ocupação da Palestina, apesar de seu compromisso declarado com a solução de dois estados. A realidade é que a UE aprofundou os seus laços econômicos, culturais e de segurança com Israel e apenas uma fraca Autoridade Palestina e uma variedade de ONGs em nome da construção da paz. Como sempre, suas políticas em relação à Palestina serão o teste decisivo de seu compromisso com uma solução justa para o conflito árabe-israelense e para o princípio fundamental dos direitos humanos e da lei.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, M. J. **Israel x Palestina: origens, história e atualidade do conflito.** São Paulo: Elsevier, 2006.
- GELVIN, J. L. **Israel X Palestina.** 100 anos de guerra. São Paulo: Mc Grow Hill, 2016.
- DUPAS, G.; VIGEVANI, T. **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global.** São Paulo: Saraiva, 2001.
- SAND, S. **A invenção da terra de Israel.** São Paulo: Sebo Cultural, 2014.
- REIS, Flávio de Cmf Américo dos. **A repercussão da Guerra do YomKippur para a evolução da doutrina militar terrestre e para o aperfeiçoamento da arte da guerra no Exército Brasileiro, particularmente no que se refere ao emprego de blindados.**2007. 19 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **C 100-1: A Doutrina Delta.** Brasília: EGGCF, 1996.
- SCHRAMM, Celso Krause. **A Doutrina da Batalha Ar-Terra do Exército dos Estados Unidos da América.** Rio de Janeiro: ECEME, 1991. 60f.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Headquarters Department of the Army. **FM 100-5 Operations.** Washington, DC, 1982.

